



PODER

Ordem é negociar mais e proteger produtores

Alckmin e Haddad deixam claro que conversas com os EUA estão no começo. Meta é intensificar o trabalho de retirada da taxaço que recai sobre alguns produtos — como café, frutas e carne. Frisam, ainda, que setores afetados serão auxiliados pelo governo federal

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAELA PEIXOTO
» ALÍCIA BERNARDES*

A pesar de o tarifaço de Donald Trump ter incluído quase 700 produtos brasileiros numa lista de exceções e de o governo brasileiro ter mais alguns dias para negociar, a ordem no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é não baixar a guarda e intensificar os contatos para, eventualmente, obter novas isenções para itens sobre os quais incidirão pesadas taxas. Ao mesmo tempo, a equipe econômica elabora um plano com medidas capazes de auxiliar os setores da produção brasileira que mais severamente serão afetados.

Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, o tarifaço norte-americano veio “menos pior” do que se esperava, mas, ainda assim, as tentativas de diálogo entre os dois países prosseguirão. Conforme enfatizou em entrevista ao programa *Mais Você*, da Rede Globo, na manhã de ontem, “a negociação não terminou hoje, ela começa hoje” — acrescentando que “ninguém vai ficar desamparado”.

“É um perde-perde. Nos atrapalha em mercado, emprego e crescimento, e encarece os produtos americanos”, afirmou. Segundo cálculos da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), 43% das exportações brasileiras para os Estados Unidos em 2024 não serão afetadas pelas novas tarifas, devido à lista de 694 produtos que ficaram de fora do tarifaço. Já cerca de 35,9% das vendas externas do país serão impactadas — entre os quais, produtos importantes como café, carne bovina, frutas e pescado.

Alckmin ressaltou que o café brasileiro, essencial para o consumo norte-americano, será peça-chave nas negociações que prosseguirão mais intensamente. O vice-presidente afirmou que tem mantido contatos permanentes com o secretário de Comércio norte-americano, Howard

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Haddad afirmou que há uma abertura no horizonte, com o pedido do secretário Scott Bessent para tratarem das tarifas. O encontro, porém, não tem data

Lutnick, e que buscará ampliar as exceções para as frutas.

“O Brasil é o maior exportador (de café) do mundo, maior produtor do mundo. Vai ter de buscar outros mercados, ou vamos trabalhar com os EUA, pois é um grande consumidor de café. E eles tomam aquele café grandão, eles precisam do nosso café arábica para o blend. Primeiro (vamos) trabalhar para baixar a tarifa. Eles não produzem café”, explicou Alckmin.

O vice-presidente detalhou que 45% dos produtos foram retirados da lista de aumento pelos EUA. Além disso, aço e alumínio, já taxados em 50%, permaneceram na mesma alíquota e automóveis e autopeças seguem com tarifa de 25% aplicada

pelos EUA ao resto do mundo.

Indagado sobre uma possível conversa entres os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Trump, Alckmin afirmou que um contatos desses é precedido de uma ampla preparação, mas que o brasileiro está disposto a dialogar “ontem”. Também perguntado se poderia ir aos EUA para tratar diretamente com os integrantes do governo norte-americano, Alckmin foi enfático: “Iria ontem”, garantiu, reafirmando a disposição brasileira para a conversa.

Na frente interna, que discute o amparo a setores que pode continuar na lista da taxaço de 50% imposta pelos norte-americanos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi explícito ao afirmar

que o tarifaço pode ter efeitos mais negativos para os EUA do que para o Brasil. “Quem vai sofrer não é só o trabalhador brasileiro, mas, também, o consumidor americano”, afirmou, reafirmando que o Brasil manteve sua disposição ao diálogo e “nunca saiu da mesa de negociação”, mesmo diante das provocações. “O café da manhã dos americanos vai ficar mais caro”, acrescentou, referindo-se à inclusão do café na lista do tarifaço.

Ainda de acordo com Haddad, o Departamento do Tesouro dos EUA procurou o Ministério da Fazenda para marcar uma agenda a fim de discutir as tarifas. Ainda não há data definida, mas o governo brasileiro considera positiva a abertura

do canal de diálogo. O último encontro entre as pastas havia ocorrido em maio, na Califórnia, antes do anúncio das medidas tarifárias.

“A assessoria do secretário [Scott] Bessent fez contato conosco, ontem [quarta-feira, 30], e, finalmente, vai agendar uma segunda conversa. A primeira, como eu havia adiantado, foi em maio. Haverá, agora, uma rodada de negociações, e vamos levar às autoridades americanas nosso ponto de vista”, observou Haddad. O ministro ressaltou, no entanto, que as conversas entre as duas pastas estão apenas no início. “Estamos em um ponto de partida mais favorável do que se imaginava. Mas longe do ponto de chegada. Há muita injustiça nas

» Democratas agem contra as sanções

O tarifaço de 50% aos produtos brasileiros pode ser contestado no Congresso norte-americano. Os senadores democratas Jeanne Shaheen, Tim Kaine, Chuck Schumer e Ron Wyden assinaram um comunicado que prevê o uso da chamada “legislação privilegiada”, que submete à Casa a votação das sanções econômicas. No texto, os parlamentares citam o efeito inflacionário que a alíquota de 50% sobre os produtos brasileiros na economia norte-americana. “O presidente Trump não tem interesse em reduzir os custos para o povo americano. Se tivesse, não estaria impondo tarifas e iniciando guerras comerciais sem sentido”, acusaram os parlamentares. Segundo o documento, a ideia é debater no Capitólio as sanções comerciais que o governo Trump vem impondo a vários países, que têm o potencial de impactar severamente a economia norte-americana.

medidas que foram anunciadas ontem [quarta-feira]”, lamentou.

Já o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, classificou como “ataque unilateral sem nenhum fundamento econômico” as tarifas. “Embora os nossos produtos, os nossos serviços estejam sempre passíveis de ser negociados, nossos valores e a nossa soberania não estão”, afirmou, ontem, ao participar do seminário internacional “Inteligência Artificial em Perspectiva: fomento, regulação e soberania digital”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Juristas pedem ação do STF contra filho 03

» MAIARA MARINHO

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para barrar omissões do Estado brasileiro diante do cenário de sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos com o tarifaço anunciado pelo presidente Donald Trump. A peça também tem como foco a atuação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), apontado como um dos articuladores das medidas contra o país e contra autoridades brasileiras.

A ação, protocolada em 30 de julho, classifica-se como “uma resistência jurídica organizada frente a uma escalada de agressões ao ordenamento constitucional brasileiro por atores estrangeiros, tanto estatais, como o governo dos Estados Unidos, quanto privados, como as corporações de tecnologia sediadas naquele país”. Para os juristas, as medidas aplicadas pelos EUA buscam deslegitimar e subjugar a legislação nacional sob a justificativa de sanções econômicas,



O deputado tem atuado para convencer os EUA a impor sanções contra ministros do STF e autoridades da PF e assumiu ter influenciado a decisão de impor a taxaço de 50%”

Trecho da ação da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia contra Eduardo Bolsonaro

pressões diplomáticas ou ameaças de desestabilização, com atuação política significativa de agentes públicos nacionais, como o filho 03 do ex-presidente.

A ação pede ao STF uma série de medidas, tais como obrigar as big techs a cumprir integralmente as leis brasileiras e a responsabilização civil de Eduardo Bolsonaro pelos danos causados ao país. A peça sustenta que já há provas materiais e indícios robustos de que o parlamentar licenciado praticou coação no curso do processo, obstrução de investigação de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado

Democrático de Direito.

O documento aponta que o filho 03 lidera uma retaliação às investigações que atingem seu pai, denunciado por liderar uma organização criminosa empenhada em romper a ordem democrática. A atuação do deputado busca ferir a soberania do Brasil, com o objetivo de interferir no julgamento da tentativa de golpe — processo em que Bolsonaro é réu —, inclusive buscando sanções para autoridades brasileiras — como o enquadramento do ministro Alexandre de Moraes, do STF, na Lei Magnitsky e a ameaça de que outros possam ser sancionados pela mesma norma.

“O deputado tem atuado, desde o início do ano, para convencer o governo dos Estados Unidos a impor sanções contra ministros do STF e autoridades da Polícia Federal e assumiu, pelas redes sociais, ter influenciado a decisão do presidente Donald Trump de impor taxaço de 50% sobre os produtos brasileiros, além da suspensão do visto dos Estados Unidos de oito ministros da Suprema Corte e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, seus parentes e ‘aliados’ da Corte”, diz a ação.

O documento diz que o pacote de retaliações foi uma resposta à atuação soberana do Brasil na regulação das plataformas digitais. Para a ABJD, a pressão das big techs enfraquece mecanismos de proteção de dados e combate à desinformação, abrindo espaço para manipulação eleitoral e ataques às instituições democráticas. “Não aceitaremos que o Brasil seja tratado como colônia digital e econômica. Nossa ação exige que o STF reafirme que nenhuma sanção estrangeira pode se sobrepor à Constituição” disse Tereza Mansi, jurista e integrante da Executiva Nacional da ABJD. (Com Agência Brasil)

Orgulho em postagem nas redes sociais

Instagram pessoal

Permitam-me compartilhar uma intimidade. Um dia ainda vou abraçar meu pai vivo e dizer a ele pessoalmente: "deu certo, pai. Deu certo porque você criou um homem!"



Um dia depois de Alexandre de Moraes ser sancionado com a Lei Magnitsky e de o governo norte-americano ter apresentado a lista de produtos exportados que ficaram de fora do tarifaço baixado por Donald Trump, Eduardo Bolsonaro voltou às redes sociais para, em um depoimento emocionado e dirigindo-se ao pai, se regozijar das ações contra o ministro do Supremo Tribunal Federal e a economia brasileira.